



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA  
Identificação: CIDADES 8  
Data: 10/10/2012

## Órgãos discutem passe escolar em Aracaju

Cândida Oliveira

candidaoliveira@jornaldodias.com.br

O Ministério Público Estadual quer regulamentar o direito a meia-passagem de estudantes em Aracaju. O promotor de justiça da Defesa do Consumidor, Daniel Carneiro Duarte, realizou audiência pública com representantes da Superintendência de Transporte e Trânsito de Aracaju (SMTT) e do Sindicato de Transportes de Passageiros de Aracaju (Setransp), a fim de discutir melhorias na operacionalização do sistema de passe escolar da capital sergipana.

De acordo com o promotor, tramita no Ministério Público o inquérito civil nº 10.11.01.0192, que investiga a limitação de crédito de meia passagem para estudantes de pós-graduação. "Recebemos algumas reclamações de alunos de pós-graduação, referentes à distinção na quantidade de passes escolares ofertados para alunos de pós-graduação em relação aos demais alunos", informou.

De acordo com as informações dos representantes dos órgãos responsáveis pela gestão do sistema de transporte coletivo e da bilheteagem eletrônica, existe, sim, uma distinção entre a quantidade de passes concedidos aos alunos. Enquanto os alunos dos cursos de graduação têm direito a até 100 passes mensais, os alunos dos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e ensino à distância recebem somente 30 passes mensais. Já os alunos de supletivos, cursos técnicos profissionalizantes e pré-vestibulares recebem até 50 passes mensais, todos creditados no cartão 'Mais Aracaju Escolar'.

Daniel Carneiro expôs informações relevantes sobre a matéria e apresentou decisões recentes oriundas do estado de Alagoas, bem como decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que os alunos dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, têm direito ao passe escolar nas mesmas condições que os demais alunos.

O promotor de justiça disse que as decisões fo-

ram embasadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96 que, no seu artigo 44, dispõe que a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: § III de pós-graduação, compreendendo os programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros...(...).

O promotor convidou o município de Aracaju para, juntamente com o Ministério Público, celebrarem um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o intuito de regularizar a situação dos passes escolares. "O TAC deverá ser celebrado até o dia 16 de outubro", estipulou o promotor na audiência.

"Os direitos deverão ser iguais, também, para alunos do ensino à distância, dos cursos supletivo e pré-vestibular, bem como para os alunos dos níveis fundamental e médio, que também recebem um limite inferior de passes escolares", enfatizou.

Ele disse ainda, que o Ministério Público entende e defende o direito dos

alunos e que o caminho da composição é sempre o melhor para buscar soluções. "Concedemos o prazo para que sejam feitos os estudos técnicos e a análise de impacto das despesas no sistema tarifário municipal e, até o dia 16 de outubro, pretendemos celebrar o TAC e sanar o problema do passe escolar em Aracaju".

A assessoria de comunicação do Setransp avisou que ao órgão não cabe nenhuma decisão nesse sentido. "Todas as decisões que forem tomadas pelo órgão gestor, ou seja, a Prefeitura de Aracaju, serão acatadas. Mas acreditamos que uma boa solução para a situação é rever as quantias e unificá-las, no entanto, isso precisa ser visto com cuidado porque ampliar a cota para alguns, acarreta um custo que certamente acarretará na tarifa", disse Alesandra Franco.

Atualmente existem 55 mil cartões escolares ativos em Aracaju. O assessor de comunicação da SMTT, Jairo Almeida, disse que ainda não há informações sobre o assunto no órgão.

### Debate sobre gratuidade

A gratuidade no transporte público e a tarifa cidadã é o tema do debate que acontece hoje, dia 10, a partir das 19h, no Museu da Gente Sergipana. O evento promovido pelo Setransp traz para Aracaju os expositores convidados Marcos Bicalho, diretor superintendente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU) e Nazareno Stanislau Affonso, arquiteto urbanista, mestre em Estruturas Ambientais Urbanas.

O debate, que tem como público-alvo a imprensa local, vai trazer à capital sergipana uma discussão nacional iniciada em meados dos anos 90, que é a inserção, na agenda social e econômica da nação, do transporte público, um serviço essencial, como um direito para todos, visando à inclusão social, à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda.

Essa é a bandeira defendida pelo Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos - MDT -, cujo coordenador é Nazareno Stanislau Affonso. De acordo

com ele, os cinco eixos para a concretização deste objetivo são a mobilidade para todos, o investimento permanente no transporte coletivo, o barateamento das tarifas para a inclusão social, a prioridade ao transporte público no trânsito e o transporte público com desenvolvimento tecnológico e respeito ao meio ambiente.

Para explicar melhor o assunto, Nazareno Stanislau Affonso, coordenador Nacional do MDT, ressalta que a ideia do movimento é conscientizar a sociedade em geral sobre os problemas do transporte público urbano. Ele defende que o usuário do transporte saiba o que ele está pagando na tarifa e demonstra que é possível pagar menos. "O objetivo do MDT é promover o barateamento das tarifas, através da redução dos custos do setor. Além dessas propostas, que viabilizam a redução dos custos dos insumos (combustível, tributos e gratuidades pagas pelos usuários), são necessárias medidas de racionalização e integração que exigem planejamento de cada município, bem como o combate ao transporte clandestino", explica ele.